

BLOCO TEMÁTICO 2: CULTURA E EDUCAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2507245381M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO 2:

Cultura e Educação

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

8/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

8/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU - 2º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 2: CULTURA E EDUCAÇÃO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito:

democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Em um debate promovido por uma universidade pública sobre o papel do Estado no pós-redemocratização brasileira, um dos palestrantes defendeu que o Estado Democrático de Direito implica não apenas o respeito formal às leis, mas também a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Com base nesse contexto e nos fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado Democrático de Direito brasileiro limita-se à legalidade e ao exercício periódico do voto, conforme os princípios liberais clássicos.
- (B) A Constituição de 1988 adotou um modelo de Estado liberal, com foco na proteção à livre iniciativa e redução da atuação estatal.
- (C) O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988, compromete-se com a promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.
- (D) O modelo estatal adotado em 1988 busca reduzir o papel do Judiciário, evitando sua interferência nas decisões políticas e econômicas.
- (E) A Constituição Federal adota o modelo de Estado autoritário com viés intervencionista, em razão da forte presença estatal.

2

A Constituição Federal de 1988 é frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", por ter estabelecido um catálogo extenso de direitos fundamentais e mecanismos de controle social. Desde então, novos movimentos sociais e demandas foram incorporados ao cenário público, exigindo respostas institucionais mais complexas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição.

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, como os direitos sociais, dependem exclusivamente de regulamentação legislativa, não podendo ser exigidos judicialmente.
- (B) Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme previsto no texto constitucional.

- (C) A eficácia dos direitos fundamentais é suspensa durante períodos de normalidade institucional.
- (D) Apenas os direitos expressos na Constituição podem ser reconhecidos como fundamentais.
- (E) Os direitos políticos não são considerados direitos fundamentais pela doutrina majoritária.

3

Durante uma aula sobre ciência política, a professora discutiu os desafios da governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro. Ela destacou que, embora o Poder Executivo tenha prerrogativas importantes, sua atuação depende frequentemente da formação de alianças no Legislativo, o que nem sempre garante estabilidade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema político brasileiro favorece a governabilidade ao permitir a eleição direta de ministros de Estado.
- (B) A governabilidade é prejudicada pelo excesso de partidos políticos e pela necessidade de composições parlamentares heterogêneas.
- (C) A harmonia entre os Poderes impede qualquer forma de controle entre Executivo e Legislativo.
- (D) O Presidente da República, por deter a maioria parlamentar, tem competência primária para legislar.
- (E) O sistema de freios e contrapesos adotado no Brasil elimina qualquer risco de instabilidade entre os Poderes.

4

No contexto da judicialização das políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido provocado a decidir sobre temas como saúde, educação, moradia e assistência social. Em muitos casos, os tribunais determinam a entrega de medicamentos, a realização de procedimentos médicos ou o acesso a creches e escolas.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A judicialização de políticas públicas decorre exclusivamente do ativismo judicial, desrespeitando a competência dos outros Poderes.
- (B) O Judiciário deve abster-se de intervir em políticas públicas, pois isso compromete a soberania popular.
- (C) A intervenção do Judiciário é legítima quando busca garantir direitos fundamentais diante da omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem vedado qualquer interferência judicial nas políticas públicas de saúde.
- (E) O controle jurisdicional de políticas públicas é inconstitucional em razão do princípio da separação dos poderes.

5

No processo de consolidação da democracia brasileira, a participação cidadã tem assumido novas formas, além do tradicional exercício do voto. A Constituição de 1988 prevê instrumentos de democracia participativa que permitem ao cidadão intervir diretamente na vida política do país.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O referendo é convocado exclusivamente por iniciativa popular.
- (B) A iniciativa popular de lei federal pode ser apresentada sem qualquer exigência de número de assinaturas.
- (C) O plebiscito é realizado antes da deliberação legislativa do Congresso Nacional.
- (D) A Constituição Federal veda expressamente a consulta direta ao povo sobre temas legislativos.
- (E) A participação popular é exclusiva do período eleitoral.

Políticas públicas

José Wesley

6

Um programa governamental é financiado por recursos públicos para distribuir, gratuitamente, aparelhos auditivos a crianças com perda auditiva severa. Considerando a classificação das políticas públicas segundo Theodore Lowi, esse programa é caracterizado como uma política pública do tipo

- (A) distributiva, financiada por toda a coletividade.
- (B) distributiva, bancada pelos grupos mais ricos.
- (C) redistributiva, sustentada pela sociedade em geral.
- (D) regulatória, com custeio progressivo por faixa de renda.
- (E) regulatória, com base em subsídio universal.

7

Considerando a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, qual das opções abaixo exemplifica uma política pública redistributiva?

- (A) Ajuda emergencial a vítimas de enchente.
- (B) Campanha de vacinação nacional.
- (C) Reforma agrária com transferência de terras.
- (D) Entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade.
- (E) Criação de um novo código de defesa do consumidor.

8

Quando as políticas públicas são concebidas e executadas exclusivamente por órgãos estatais, a abordagem predominante é conhecida como:

- (A) policêntrica.
- (B) estado-cêntrica.
- (C) político-cêntrica.
- (D) tecnocêntrica.
- (E) endocêntrica.

9

Um município decide adotar nova política tributária sobre imóveis urbanos. Imóveis de menor valor passam a ser isentos de IPTU, enquanto imóveis de alto valor terão alíquotas dobradas. Segundo a tipologia de Lowi, essa política é classificada como

- (A) constitutiva.
- (B) regulatória.
- (C) redistributiva.
- (D) distributiva.
- (E) intervencionista.

10

Sobre a distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I – Uma política pública envolve mais de uma decisão e diversas ações coordenadas.
- II – A decisão política representa uma escolha baseada nas preferências dos atores envolvidos.
- III – Nem toda decisão política resulta em uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Ética e integridade

Glauber Marinho; Rafael de Oliveira

11

Quanto aos deveres dos agentes públicos, preconiza-se como comportamento adequado:

- (A) uma apresentação pessoal com a utilização de vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função pública.
- (B) procrastinar o exercício regular de direito do cidadão, quando for necessário atender à finalidade administrativa, conforme o princípio da moralidade.
- (C) participar de greves e permanecer nos movimentos, ainda que sem observar as regras relativas à preservação da segurança coletiva.
- (D) colaborar com instituição que mantenha condições de trabalho análogas à escravidão.
- (E) abster-se de atender ao bem comum, mesmo que em conformidade com a legalidade administrativa.

12

À luz do disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e da ética na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade administrativa refere-se exclusivamente à conformidade com a lei, sem qualquer vínculo com valores éticos.
- (B) A moralidade administrativa, como princípio constitucional, impõe ao agente público apenas deveres legais, não abrangendo condutas pautadas pela integridade e ética.
- (C) A atuação ética do agente público é uma virtude pessoal que não guarda relação com a efetividade dos serviços públicos prestados à coletividade.
- (D) O princípio da moralidade vincula a Administração Pública a padrões éticos de conduta, exigindo que os agentes atuem com integridade, visando ao interesse público.
- (E) A má aplicação de recursos públicos, embora reprovável moralmente, não fere diretamente os princípios da Administração Pública previstos na Constituição.

13

Considerando a atuação da Administração Pública e a necessidade de observância aos princípios constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

- I – O agente público deve pautar-se por valores éticos e pela integridade, mesmo na ausência de previsão legal expressa sobre determinada conduta.
- II – A eficiência administrativa depende diretamente da construção de um ambiente ético e livre de corrupção.
- III – A observância ao princípio da moralidade é dever exclusivo dos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas a afirmativa III está correta.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

14

Acerca do princípio da publicidade e da transparência na Administração Pública, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da publicidade tem aplicação apenas nas licitações e contratos administrativos, sendo dispensável em atos de natureza interna ou organizacional.
- (B) A Lei n. 12.527/2011 garante o acesso à informação apenas para os órgãos da Administração direta federal, não se aplicando aos demais entes da Federação.

- (C) A divulgação de atos administrativos como regulamentos, licitações e contratos é facultativa, cabendo ao gestor público decidir se há ou não interesse em sua publicação.
- (D) O avanço democrático e a edição da Lei de Acesso à Informação reforçaram o dever da Administração Pública de garantir ao cidadão acesso às informações de interesse coletivo ou individual, como expressão do princípio da publicidade.
- (E) O princípio da publicidade tem como finalidade exclusiva a preservação da intimidade e da vida privada dos administradores públicos, justificando o sigilo de documentos administrativos.

Diversidade e inclusão na sociedade.

Aline Menezes

15

Os desafios para a inclusão da população indígena no acesso a políticas públicas incluem fatores como

- (A) a ausência de legislações específicas para o atendimento diferenciado de populações indígenas.
- (B) a homogeneização cultural imposta pelas políticas públicas e a dificuldade de acesso em regiões remotas.
- (C) a inexistência de movimentos sociais indígenas que reivindiquem seus direitos.
- (D) a total integração dos povos indígenas ao mercado de trabalho formal e urbano.
- (E) a universalização das políticas públicas de maneira equitativa e culturalmente adequada.

16

Considerando as disposições do Decreto n. 7.053/2009, que trata da Política Nacional para a População em Situação de Rua, assinale a alternativa correta.

- (A) Determina a obrigatoriedade da institucionalização das pessoas em situação de rua como forma de reinserção social.
- (B) Estabelece que a população em situação de rua tem acesso prioritário apenas a serviços de saúde.
- (C) Reconhece a população em situação de rua como grupo vulnerável, com direito a atendimento integral, intersetorial e humanizado.
- (D) Veda a participação de representantes da população em situação de rua na formulação de políticas públicas.
- (E) Aplica-se exclusivamente a pessoas em situação de rua com dependência química diagnosticada.

17

Entre os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil, destaca-se

- (A) a ampla participação nas decisões políticas locais e o pleno reconhecimento de seus direitos territoriais.
- (B) a ausência de discriminação racial e de obstáculos ao acesso às políticas públicas.
- (C) a moradia em áreas de alto desenvolvimento urbano, com acesso facilitado a equipamentos públicos.
- (D) a lentidão na titulação dos territórios, a invisibilidade estatística e o racismo estrutural.
- (E) o excesso de políticas afirmativas voltadas a esse grupo, que geram dependência social.

18

Durante um debate sobre envelhecimento ativo, uma gestora pública afirma que os idosos devem “aproveitar a aposentadoria em casa e se afastar das decisões coletivas para descansar”. Essa afirmação:

- (A) reflete corretamente a função da aposentadoria como instrumento de proteção e isolamento.
- (B) está alinhada com o conceito de envelhecimento ativo promovido pela OMS.
- (C) reforça estereótipos de inutilidade e contribui para a exclusão política da pessoa idosa.
- (D) está de acordo com a lógica da proteção previdenciária como substituição da cidadania ativa.
- (E) valoriza a autonomia da pessoa idosa ao incentivá-la ao descanso pleno.

Administração pública federal

Bruno Eduardo

19

Durante auditoria realizada por órgão de controle interno, identificou-se a contratação de empresa para fornecimento de serviços gráficos sem processo licitatório, sob alegação de urgência, sem a devida fundamentação legal. O relatório final apontou ofensa a princípios que regem a Administração Pública. Com base na situação hipotética e nos princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade exige apenas que o ato administrativo esteja de acordo com a vontade política da autoridade competente.
- (B) A legalidade administrativa permite que a Administração Pública atue com liberdade sempre que não houver lei específica proibindo a conduta.
- (C) A impessoalidade garante o uso do cargo público como instrumento de promoção institucional, desde que vinculado à publicidade governamental.

- (D) A publicidade dos atos administrativos garante a transparência e o controle social da atuação estatal.
- (E) O princípio da eficiência aplica-se apenas aos servidores em estágio probatório, sendo irrelevante para o restante da Administração.

20

Em uma aula de Escola de Governo, um professor apresentou as principais reformas administrativas no Brasil ao longo do século XX e início do XXI, com foco na profissionalização da burocracia, descentralização e introdução do modelo gerencial. Um aluno indagou sobre os marcos normativos dessas reformas. Com base na evolução das reformas administrativas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, introduziu diretrizes do modelo gerencial, como contratos de gestão e foco em resultados.
- (B) O DASP, criado na década de 1960, instituiu o modelo de administração gerencial, priorizando resultados e contratos de gestão.
- (C) O Decreto-Lei n. 200/1967 fortaleceu a centralização da Administração Pública e ampliou os órgãos da Presidência da República.
- (D) A Constituição de 1988 reduziu a autonomia administrativa e criou mecanismos de hipercentralização orçamentária.
- (E) A reforma de 1936 instituiu as agências reguladoras, com vistas à fiscalização técnica e autônoma de serviços públicos essenciais.

21

Uma comissão interna de reestruturação organizacional em uma autarquia federal debateu a natureza das entidades públicas e a diferença entre órgãos, autarquias, empresas estatais e fundações. Dúvidas surgiram quanto ao regime jurídico e à autonomia de cada entidade. Com base na estrutura organizacional da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos públicos integram a administração indireta e possuem personalidade jurídica própria.
- (B) As autarquias são entidades da administração direta, com autonomia funcional, mas sem patrimônio próprio.
- (C) As empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e integram a administração indireta.
- (D) As fundações públicas são sempre de direito público e regem-se pelas mesmas normas das autarquias.
- (E) A administração direta é composta exclusivamente por empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo.

22

No planejamento das ações orçamentárias de um ministério, a equipe de servidores utilizou os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal para integrar dados de gestão de pessoas, finanças, convênios e compras públicas. Um novo servidor questionou as funções de cada sistema. Com base nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema informatizado utilizado exclusivamente para controle de pessoal e de folha de pagamento.
- (B) O SIGPlan é utilizado para planejamento e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) e outros instrumentos de planejamento governamental.
- (C) O SIAPE é o sistema que gerencia as contratações públicas, incluindo registro de preços e execução de contratos.
- (D) O SICONV é utilizado exclusivamente pela Receita Federal para lançamento e acompanhamento de tributos federais.
- (E) O SIORG é o sistema responsável pela elaboração de indicadores de desempenho da administração indireta.

Fundamentos das finanças públicas

Anderson Ferreira

23

A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, com destaque para a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos. Esse conteúdo é referente ao

- (A) anexo de controle orçamentário.
- (B) anexo específico.
- (C) anexo de riscos fiscais.
- (D) anexo de metas fiscais.
- (E) texto principal.

24

Para a aprovação das emendas parlamentares individuais impositivas, a Constituição estabeleceu limites percentuais diferentes para cada Casa do Congresso Nacional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o limite estipulado.

- (A) 1,45% caberão às emendas de Deputados.
- (B) 0,55% caberão às emendas de Senadores.
- (C) 1,2% caberão às emendas de Deputados e Senadores.
- (D) 1,2% caberão às emendas de Senadores.
- (E) 1,55% caberão às emendas de Deputados.

25

A Constituição de 1988 enumera uma série de vedações para o orçamento público. Das alternativas a seguir, assinale aquela que **não representa** uma vedação orçamentária.

- (A) Iniciar programas não incluídos na lei orçamentária anual.
- (B) Remanejar recursos de tecnologia de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.
- (C) Conceder créditos ilimitados.
- (D) Utilizar recursos do orçamento fiscal para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- (E) Instituir, sem prévia autorização legislativa, fundos de qualquer natureza.

26

Com relação às finanças públicas e aos orçamentos dispostos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para modificar o projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação, em Plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (B) Cabe ao plano plurianual estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
- (C) A exoneração de servidores não estáveis é uma das medidas a serem adotadas pelos entes federativos para o cumprimento de limites de despesas com pessoal.
- (D) Integrará a lei orçamentária anual, para o exercício subsequente, anexo com previsão de agregados fiscais.
- (E) Uma das funções do orçamento da seguridade social é de reduzir as desigualdades inter-regionais, de acordo com o critério populacional.

Trabalho e tecnologia

Vitor Kessler

27

A respeito das transformações no mundo do trabalho impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), assinale a alternativa correta.

- (A) O uso de TICs reduziu a necessidade de qualificação dos trabalhadores, pois as máquinas passaram a realizar todas as funções especializadas.
- (B) A digitalização das atividades eliminou a informalidade no mercado de trabalho, trazendo estabilidade e direitos a todos os trabalhadores.
- (C) O trabalho remoto, viabilizado pelas TICs, trouxe novas possibilidades de organização laboral, exigindo adaptação de empresas e trabalhadores.
- (D) A evolução tecnológica no ambiente de trabalho não influenciou os modelos de gestão ou formas de contratação.
- (E) A automação tem reduzido a produtividade, já que trabalhadores resistem ao uso de novas ferramentas digitais.

28

As novas tecnologias digitais têm promovido impactos variados nas relações de trabalho. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que melhor reflete uma consequência relevante dessas transformações.

- (A) As tecnologias reduziram a demanda por qualificação continuada, pois o foco passou a ser apenas em habilidades técnicas básicas.
- (B) O surgimento da gig economy demonstra como a tecnologia permitiu novas formas de vínculo, com destaque para a estabilidade empregatícia.
- (C) A digitalização do trabalho eliminou a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital dos trabalhadores.
- (D) A conectividade e o uso de plataformas digitais possibilitaram maior flexibilidade no trabalho, mas também trouxeram desafios quanto à regulação e aos direitos trabalhistas.
- (E) As transformações tecnológicas não tiveram impacto significativo sobre as relações de trabalho no setor público.

29

Analise as assertivas a seguir sobre o uso de Inteligência Artificial no setor público e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

- () A automação de processos administrativos no setor público pode gerar ganhos de produtividade, liberando servidores para atividades de maior complexidade.
- () Sistemas baseados em IA, por sua própria natureza, são neutros e não reproduzem vieses ou discriminações nos serviços prestados ao cidadão.
- () A utilização de chatbots no atendimento público digital elimina a necessidade de canais de atendimento presenciais e humanos.

- (A) V – V – V
- (B) V – F – F
- (C) F – F – F
- (D) F – V – F
- (E) V – V – F

30

Sobre os desafios associados à adoção de novas tecnologias no setor público, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A introdução de tecnologias digitais no setor público elimina a necessidade de capacitação dos servidores, uma vez que os sistemas são projetados para serem intuitivos e autônomos.
- (B) O uso de algoritmos preditivos na gestão pública pode implicar riscos de discriminação e violação de direitos fundamentais, especialmente quando não há transparência nos critérios de decisão automatizada.
- (C) A dependência excessiva de plataformas tecnológicas proprietárias fortalece a soberania digital do Estado, pois garante suporte técnico e atualizações constantes.
- (D) A adoção de tecnologias emergentes no setor público tem como principal risco a obsolescência de hardware, não sendo relevante o risco de vazamento de dados pessoais.
- (E) A interoperabilidade entre sistemas públicos é garantida automaticamente com a migração para tecnologias baseadas em nuvem, dispensando esforços de padronização e governança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Eixo Temático 1 - Gestão do Conhecimento e Comunicação

Maurício Franceschini; Priscilla Peixoto.

31

A Lei n. 14.129 de 2021, conhecida como Lei do Governo Digital, define diversos termos que são utilizados ao longo de seus artigos. Assinale a alternativa que define corretamente o termo correspondente.

- (A) Transparência Ativa: acesso pelo cidadão a serviço público prestado por meio digital, sem necessidade de mediação humana.
- (B) Dado Acessível ao Público: qualquer dado gerado ou acumulado pelos entes públicos que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei de Acesso à Informação.
- (C) Plataformas de Governo Digital: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.
- (D) Formato Aberto: ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas.
- (E) Autosserviço: disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações.

32

A transformação digital vem galgando largos espaços na última década, em especial o uso de inteligência artificial como mecanismo de suporte a diversas atividades, inclusive no âmbito da Administração Pública Federal.

Assinale a alternativa que corresponde à plataforma de inteligência artificial generativa desenvolvida pela Microsoft e integrada ao sistema operacional Windows e ao navegador Microsoft Edge.

- (A) Gemini.
- (B) Copilot.
- (C) ChatGPT.
- (D) Pix AI.
- (E) Turbo Learn AI.

33

A Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527 de 2011, estabelece o correto procedimento para o pedido de acesso à informação. Um cidadão entrou com um pedido de acesso a informações de algum arquivo público da capital do estado em que reside. Em resposta, o supervisor do setor responsável pelo arquivo negou tal acesso por se tratar de dados pessoais que versam sobre a vida privada de uma autoridade pública que ainda está viva. Nesse caso, o cidadão:

- (A) poderá impetrar recurso endereçado à autoridade máxima do órgão, no prazo de 15 dias, a partir da ciência da negativa de acesso.
- (B) poderá impetrar recurso endereçado à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a negativa, no prazo de 10 dias, a partir da ciência da negativa de acesso.
- (C) não poderá impetrar recurso por se tratar de dados pessoais que versam sobre a vida privada de pessoas particulares.
- (D) poderá impetrar recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, no prazo máximo de 10 dias, a partir da ciência da negativa de acesso.
- (E) o prazo para o requerente recorrer à negativa de informação é de cinco dias, a partir da ciência da negativa de acesso.

34

A Lei n. 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, define alguns termos que são utilizados ao longo de seus artigos. Associe corretamente os termos da coluna 1 às definições da coluna 2:

Coluna 1	Coluna 2
P – Terminal	() Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
Q – Endereço IP	() Computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet.
S – Conexão à Internet	() Habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP.
	() Código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais

- (A) R-P-S-Q
- (B) R-S-P-Q
- (C) R-Q-S-P
- (D) R-Q-P-S
- (E) R-S-Q-P

35

No que tange a Lei do Marco Civil da Internet, avalie as seguintes assertivas:

- I – O provedor (responsável pela transmissão, comutação ou roteamento) deve tratar todos os dados da mesma forma, com isonomia, igualdade, neutralidade.
- II – É possível a discriminação ou degradação do tráfego, priorizando serviços de emergência.
- III – Na hipótese de discriminação ou degradação do tráfego, o responsável pela provisão de conexão deve oferecer serviços em condições comerciais não discriminatórias e evitar práticas anticoncorrenciais.

Com base nas afirmações, assinale a alternativa correta.

- (A) I apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) I, II e III.

36

A Lei n. 13.709 de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de dados Pessoais, traz em seu texto a definição de diversos termos que são usados ao longo de seus artigos. Dentre eles, pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é conhecida como

- (A) operador.
- (B) autoridade Nacional.
- (C) titular dos dados.
- (D) controlador.
- (E) encarregado.

37

A respeito do consentimento, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- (B) A utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo
- (C) A exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.
- (D) A suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados
- (E) A manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

38

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais prevê diversas sanções aos infratores dos preceitos encontrados em seu regulamento. Assinale a alternativa que apresenta uma sanção corretamente aplicável em caso de infração.

- (A) Multa simples no valor máximo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
- (B) Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados por no máximo doze meses, prorrogáveis por mais seis meses.
- (C) Detenção do agente de tratamento responsável pelo período de máximo de 2 anos.
- (D) Multa diária no valor máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
- (E) Eliminação parcial de todos os bancos de dados.

39

Sabendo que a política de comunicação é um documento normativo e estratégico, que define as regras, diretrizes, princípios e objetivos da comunicação organizacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A política de comunicação não deve incluir um manual de crise.
- (B) Os canais utilizados, a linguagem a ser adotada e os públicos estratégicos são algumas das ferramentas a serem incluídas em uma política de comunicação.
- (C) A política de comunicação tem viés mais prático do que o plano de comunicação.
- (D) O plano de comunicação dá origem à política de comunicação.
- (E) A política de comunicação prescinde de participação e diálogo com os *stakeholders*.

40

Sobre a inter-relação entre plataformas digitais e políticas de comunicação pública, assinale a alternativa que representa um risco estratégico.

- (A) Implantação de sistemas interoperáveis entre órgãos públicos.
- (B) Adoção de redes sociais para ampliar a escuta da população.
- (C) Automatização de atendimentos com suporte em inteligência artificial.
- (D) Ausência de controle público sobre algoritmos e critérios de moderação em plataformas privadas.
- (E) Produção de conteúdo institucional com foco em linguagem cidadã.

41

Com base nos princípios da proposta de Política Nacional de Informação e Comunicação Pública (PNICP), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A PNICP entende a comunicação como um direito fundamental da cidadania.
- (B) A PNICP propõe uma distinção clara entre comunicação pública, institucional e governamental.
- (C) A PNICP estimula a linguagem acessível e inclusiva como forma de democratizar o acesso à informação.
- (D) A publicidade oficial deve ser utilizada como principal ferramenta de promoção do governo.
- (E) A PNICP reconhece a comunicação como instrumento de controle social e fortalecimento da democracia.

42

A gestão do conhecimento nas organizações públicas envolve processos estratégicos para captar, organizar, compartilhar e aplicar saberes institucionais. Considerando essa definição, qual alternativa está de acordo com os princípios da gestão do conhecimento no setor público?

- (A) Centralização do conhecimento em lideranças técnicas, para assegurar autoridade decisória.
- (B) Restrição ao compartilhamento de dados e práticas para preservar segurança da informação.
- (C) Valorização dos saberes tácitos dos servidores e incentivo à criação de comunidades de prática.
- (D) Redução da comunicação interna para evitar ruídos nos processos burocráticos.
- (E) Adoção de estratégias espontâneas, baseadas exclusivamente em demandas externas.

Eixo Temático 2 - Políticas Públicas de Educação

Carlinhos Costa

43

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aborda diversos aspectos sobre a organização do ensino no Brasil. Sobre a autonomia das instituições de ensino, de acordo com a LDB, as instituições de ensino têm autonomia para:

- (A) Determinar a carga horária mínima anual, sem a necessidade de orientação do Ministério da Educação.
- (B) Organizar sua proposta pedagógica e currículo, desde que estejam alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais.
- (C) Organizar o conteúdo curricular estabelecendo que seja baseado em obras de autores internacionais.
- (D) Alterar a duração do ciclo do ensino fundamental de 9 anos para 10 anos.
- (E) Oferecer novas disciplinas na base nacional comum, aprovadas pela comunidade escolar.

44

A Constituição de 1988 reconhece a cultura como um direito fundamental dos cidadãos e estabelece políticas para assegurar o direito de acesso à diversidade cultural e à proteção do patrimônio cultural brasileiro. O texto constitucional busca criar uma política pública cultural que promova o acesso à cultura em suas várias manifestações. Considerando o tratamento dado à cultura pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) O Estado deve apoiar com prioridade as manifestações culturais consideradas tradicionais, e de maneira minoritária a promoção de novas formas culturais e artísticas.
- (B) A Constituição estabelece que a cultura deve ser promovida de forma centralizada pela União, com a participação dos Estados ou Municípios, que não possuem autonomia para definição de patrimônio cultural.
- (C) A Constituição assegura o direito à educação e à cultura, garantindo que todas as manifestações culturais sejam respeitadas e incentivadas, e que o patrimônio cultural brasileiro seja protegido e preservado, com a participação ativa de todos os entes federativos.
- (D) A cultura é tratada pela Constituição como um elemento secundário, e as políticas públicas voltadas à sua promoção e preservação são considerados direitos humanos de segunda geração.
- (E) O Estado deve garantir que o direito à cultura seja oferecido nas áreas urbanas, sendo dispensada a oferta em áreas rurais.

45

O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei n. 13.005/2014, tem como objetivos assegurar a qualidade do ensino e promover a igualdade de oportunidades educacionais em todas as etapas e modalidades de ensino. No que diz respeito ao desenvolvimento e melhoria da qualidade da educação no PNE, é correto afirmar que

- (A) o PNE estabelece uma meta para a redução das desigualdades educacionais entre escolas públicas e privadas, e melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, com média dos resultados em matemática, leitura e ciências de 438 ao final do plano.
- (B) o PNE propõe a expansão da educação superior com foco nas universidades públicas, sem tratar das instituições privadas ou programas de educação a distância.
- (C) o PNE define a meta de alcançar até 2025 a universalização do atendimento do ensino médio, com a implementação de programas voltados para a formação de professores e a melhoria da infraestrutura nas escolas.
- (D) o PNE não prevê a inclusão de tecnologias digitais no ensino, se limitou a tratar da conectividade sem o uso de recursos tecnológicos.
- (E) o PNE estabelece que a educação básica será universalizada até 2024, com foco nos grandes centros urbanos.

46

Os modelos de ensino a distância são cada vez mais diversificados, buscando atender a diferentes tipos de aprendizagem. Entre os modelos mais conhecidos estão o industrial, o interativo, o colaborativo e o híbrido, e as modalidades incluem a assíncrona, a síncrona e a semipresencial.

A respeito dos modelos de EaD e suas modalidades, é correto afirmar que

- (A) o modelo interativo de EaD foca na apresentação passiva de conteúdos, sem promover atividades práticas ou discussões em grupo.
- (B) a modalidade híbrida de EaD combina a flexibilidade da educação a distância com encontros presenciais, com o objetivo de aumentar a interação e a colaboração entre os alunos.
- (C) no modelo colaborativo de EaD, os alunos aprendem sozinhos, sem interação com outros alunos ou com o professor, buscando sempre a autonomia individual.
- (D) a modalidade síncrona exige que o aluno acompanhe as aulas em tempo real e participe de discussões ao vivo, o que a torna mais flexível do que a modalidade assíncrona.
- (E) o modelo industrial de EaD busca a personalização do ensino, com atividades e recursos adaptados às necessidades individuais dos alunos, e favorece a interação constante.

47

O Ministério da Educação (MEC) tem atuado para aprimorar a Educação a Distância (EaD) no Brasil, integrando tecnologias educacionais à qualificação do ensino. Com base nas diretrizes da nova política de EaD estabelecidas pelo Decreto n. 12.456/2025, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A EaD oferece uma metodologia que permite ao aluno escolher entre diferentes opções de horários e ambientes de estudo, sem a necessidade de participar de aulas presenciais nos cursos de graduação.
- (B) Um dos principais objetivos da EaD é garantir que todos os alunos sigam um cronograma fixo de estudos, com datas de avaliações previamente determinadas.
- (C) A EaD busca tornar a educação mais acessível a pessoas com restrições de tempo e espaço, permitindo que o aluno organize sua rotina de acordo com suas necessidades.
- (D) A Educação a Distância tem como objetivo eliminar a interação entre professores e alunos, com o uso de materiais digitais como videoaulas e textos.
- (E) A EaD destina-se a substituir os cursos presenciais, oferecendo uma alternativa mais barata e rápida para a formação acadêmica.

48

Nos últimos anos, a Educação a Distância (EaD) tem sido uma ferramenta crescente no cenário educacional, especialmente com o uso de tecnologias educacionais. Durante a pandemia de COVID-19, o uso de plataformas de EaD se intensificou, mudando a maneira como alunos e professores interagem. Essa mudança também trouxe à tona a importância de oferecer qualidade no ensino através de tecnologias digitais que promovam uma educação flexível e acessível. Considerando o avanço das tecnologias educacionais na Educação a Distância (EaD), é correto afirmar que

- (A) o uso de plataformas de EaD durante a pandemia foi apenas uma solução temporária e não deve ser incorporado como parte integrante da educação formal, pois limita a interação social entre alunos e professores.
- (B) a Educação a Distância só é eficaz em níveis de ensino superior, pois no ensino básico a interação presencial é fundamental para a aprendizagem efetiva.
- (C) a modalidade assíncrona de EaD exige que os alunos participem de aulas e atividades em tempo real, com interação imediata com os professores, garantindo maior engajamento.
- (D) a Educação a Distância exige o uso de recursos digitais passivos, como materiais de leitura e vídeos gravados, e não exige de interatividade ou avaliações constantes.
- (E) as tecnologias educacionais na EaD permitem que o ensino seja mais personalizado, com o uso de ferramentas como inteligência artificial para adaptar os conteúdos ao ritmo de cada aluno, garantindo acesso flexível ao conteúdo.

49

As plataformas digitais desempenham um papel fundamental na transformação do ensino tradicional, oferecendo novas oportunidades de aprendizagem por meio de recursos interativos que incentivam a participação ativa dos alunos. Essas plataformas permitem também o desenvolvimento de habilidades digitais essenciais para o mundo moderno. No contexto educacional, as plataformas digitais e recursos interativos podem ser aplicados de diversas maneiras. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) Plataformas digitais não são adequadas para o ensino de disciplinas que exigem prática física, como educação física ou arte, pois os alunos não têm a oportunidade de realizar atividades práticas.
- (B) A principal vantagem das plataformas digitais é o acesso a conteúdo pré-estabelecido, o que reduz a necessidade de acompanhamento individualizado e feedback do professor, tornando o processo de ensino mais eficiente.
- (C) Plataformas digitais limitam a aprendizagem a conteúdos de texto e vídeos, não sendo eficazes para desenvolver habilidades cognitivas como análise crítica e resolução de problemas complexos.
- (D) O uso de recursos interativos em plataformas digitais pode ajudar a melhorar a colaboração entre alunos, estimulando o trabalho em grupo através de ferramentas como fóruns de discussão, wikis e salas de bate-papo.
- (E) O uso de recursos interativos nas plataformas digitais é exclusivo para ensino superior, já que a educação básica não demanda formas de interação digital para o desenvolvimento das habilidades dos alunos.

50

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029 traz diretrizes para aumentar a produção acadêmica de qualidade e aproximar a pós-graduação das demandas da sociedade e do mercado de trabalho, além de fomentar a inclusão e a diversidade dentro dos programas de pós-graduação no Brasil. Com base nas diretrizes do PNPG 2025-2029, é correto afirmar que:

- (A) O plano não tratou da inclusão social e a diversidade como fatores essenciais para a formação de pós-graduandos, seu foco precípua foi na qualidade acadêmica das instituições.
- (B) O PNPG 2025-2029 exclui novos cursos de pós-graduação em áreas de alta demanda tecnológica, privilegiando programas em áreas mais tradicionais de ensino.

- (C) O plano enfatiza a integração dos programas de pós-graduação com as necessidades sociais e econômicas do país, incentivando a parceria com empresas e o desenvolvimento de soluções para problemas reais.
- (D) O PNPG 2025-2029 propõe a reavaliação da política de bolsas de pós-graduação no Brasil, considerando que o país já atingiu margem comprometedoras com o investimento no financiamento da educação superior.
- (E) O plano não estabelece diretrizes para a internacionalização dos programas de pós-graduação, mantendo o foco no desenvolvimento interno das instituições brasileiras.

51

A Lei n. 9.795/1999 estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e propõe que a educação ambiental seja entendida como um processo permanente, com a intenção de envolver a sociedade na construção de uma cultura de sustentabilidade. De acordo com a Lei n. 9.795/1999 e os princípios da educação para a sustentabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A educação ambiental prevista na Lei é uma prática apenas formal, que se limita a conteúdos teóricos, sem envolver a prática e a ação cidadã no cotidiano da sociedade.
- (B) A Lei n. 9.795/1999 reconhece que a educação ambiental deve ser promovida apenas por entidades públicas, sem citar a participação de organizações não governamentais (ONGs) ou outras entidades na implementação de ações educativas.
- (C) A educação para sustentabilidade na Lei tem como objetivo a transformação de atitudes e comportamentos, desenvolvendo uma mentalidade ambientalmente responsável em todos os cidadãos, independentemente de sua faixa etária ou nível educacional.
- (D) A Lei n. 9.795/1999 determina que a educação ambiental deve ser desenvolvida no contexto de escolas públicas, exigência que não alcançou as escolas privadas e ambientes empresariais e comunitários.
- (E) A educação ambiental prevista em Lei deve ser aplicada para grupos de estudantes que já possuam um conhecimento alinhado às questões ambientais, não voltada para iniciantes ou públicos em geral.

52



A promoção de igualdade de oportunidades, acesso à educação e o reconhecimento da diversidade cultural são aspectos essenciais para a construção de uma sociedade sustentável. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece objetivos que buscam reduzir desigualdades e promover a inclusão social. Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), assinale a alternativa correta.

- (A) O ODS 4 promove a educação de qualidade e defende que o ensino deve ser acessível e inclusivo para todos, independentemente de identidade de gênero, origem étnica ou status socioeconômico.
- (B) O ODS 5, ao tratar da igualdade de gênero, exige a eliminação das disparidades de gênero em todos os níveis educacionais, porém trata superficialmente das ações para reduzir a discriminação cultural no sistema educacional.
- (C) O ODS 10 trata da igualdade de gênero e envolve políticas voltadas às disparidades de gênero e cultura nas escolas.
- (D) O ODS 4 busca promover a educação de qualidade para nível superior, não trata da educação básica e das questões de acesso à educação primária para populações vulneráveis.
- (E) O ODS 5 não aborda a participação feminina nas áreas culturais, concentrando-se apenas nas necessidades educacionais de meninas e mulheres.

53

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelas Nações Unidas, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para promover um futuro mais justo, igualitário e sustentável. Entre esses objetivos, destacam-se aqueles relacionados à educação de qualidade (ODS 4) e à promoção da cultura (ODS 16), que se interconectam com políticas públicas para garantir um desenvolvimento inclusivo e participativo. De acordo com a Agenda 2030 e sua integração com políticas públicas de educação e cultura, assinale a alternativa correta.

- (A) A Agenda 2030 se concentra apenas na expansão do acesso à educação formal, sem considerar a importância das políticas culturais para o fortalecimento da cidadania global.
- (B) O ODS 4, que trata da educação de qualidade, enfatiza a necessidade de uma educação inclusiva e equitativa, mas não aborda a importância da educação cultural para o desenvolvimento social e humano.
- (C) O ODS 16, que destaca a paz, justiça e instituições eficazes, pode ser integrado com políticas públicas de educação e cultura, promovendo a cidadania ativa e a participação social, essenciais para o desenvolvimento sustentável.
- (D) A Agenda 2030 não menciona a importância das práticas culturais no processo de aprendizagem, focando exclusivamente em aspectos técnicos e acadêmicos do ensino.
- (E) O ODS 4 da Agenda 2030 exclui a promoção da educação para a sustentabilidade e a cultura de paz, limitando-se à qualificação técnica dos indivíduos para o mercado de trabalho.

54

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem como objetivo a avaliação das instituições e dos cursos de graduação no Brasil. Considerando o papel do SINAES na melhoria da qualidade da educação superior, assinale a alternativa correta.

- (A) O SINAES destina-se à avaliação da infraestrutura das instituições de ensino superior, sem considerar a formação dos docentes.
- (B) A avaliação do SINAES baseia-se unicamente nas notas obtidas pelos alunos em exames padronizados, como o ENADE.
- (C) O SINAES considera a avaliação da qualidade dos cursos, dos docentes, dos alunos e da infraestrutura das instituições de ensino superior, com o objetivo de promover o aprimoramento contínuo.
- (D) O SINAES é realizado apenas por instituições privadas, sem a necessidade de avaliar as instituições públicas.
- (E) A avaliação do SINAES é feita com periodicidade decenal, objetivando análise aprofundada e detalhada do ensino superior no Brasil.

Eixo Temático 3 - Políticas Públicas de Cultura **Otoniel Linhares; Carlinhos Costa.**

55

Em consonância com os avanços legislativos na política cultural brasileira, o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei n. 12.343/2010 e recentemente atualizado pela Lei n. 14.835/2024, estabelece diretrizes fundamentais para a formulação de políticas públicas no setor. Assinale a alternativa que apresenta um dos princípios norteadores do PNC conforme o novo marco legal.

- (A) Garantia do pleno exercício dos direitos culturais em todo o território nacional.
- (B) Restrição do acesso à produção cultural em contextos de contenção orçamentária.
- (C) Priorização das expressões culturais eruditas em detrimento das populares.
- (D) Supressão dos instrumentos federais de fomento para descentralizar recursos.
- (E) Isenção de planejamento plurianual como princípio para a execução cultural.

56

O campo da gestão cultural tem se transformado com a inserção de conceitos como inovação e sustentabilidade, ampliando o escopo tradicional das políticas culturais. Sobre esses novos paradigmas, assinale a alternativa correta.

- (A) Sustentabilidade cultural pressupõe a exclusividade do financiamento estatal.
- (B) Inovação na cultura refere-se unicamente ao uso de novas tecnologias digitais.
- (C) A economia da cultura é um campo que reconhece a cultura como vetor de desenvolvimento.
- (D) A gestão cultural contemporânea rejeita práticas colaborativas e redes de articulação.
- (E) As práticas culturais sustentáveis priorizam ações de curto prazo e impacto pontual.

57

A política cultural brasileira dispõe de diversos instrumentos legais de fomento à cultura, entre os quais a Lei Rouanet, a Lei do Audiovisual, a Lei Paulo Gustavo e o Programa Nacional Aldir Blanc. Sobre esses instrumentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei do Audiovisual é um mecanismo exclusivamente vinculado ao Ministério do Turismo.
- (B) A LPG permite repasse direto apenas a estados, excluindo os municípios e o DF.
- (C) A Lei Rouanet impede a participação de pessoas jurídicas como proponentes.
- (D) O PNAB busca descentralizar recursos culturais de forma permanente, com base no SNIC.
- (E) Todas as leis exigem contrapartidas privadas obrigatórias nos projetos.

58

A política de editais representa um dos mecanismos mais utilizados na atual gestão pública da cultura para democratizar o acesso aos recursos. Considerando o papel dos editais e a descentralização da política cultural, assinale a afirmativa correta.

- (A) A política de editais é centralizada e limita a diversidade de expressões culturais.
- (B) A descentralização busca fortalecer os entes federativos na formulação e execução de políticas culturais.
- (C) Os editais beneficiam prioritariamente os grandes centros urbanos.
- (D) Editais não podem prever critérios regionais ou étnico-raciais de seleção.
- (E) O modelo de editais dispensa avaliação de impacto social dos projetos apoiados.

59

Com base nas diretrizes constitucionais e legais que tratam da cultura como direito, avalie as afirmativas a seguir.

- I – O acesso à cultura é um direito social previsto expressamente na Constituição.
- II – O Estado deve assegurar a todos o pleno exercício dos direitos culturais.
- III – A cultura é compreendida exclusivamente como patrimônio material.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

60

A legislação brasileira de direitos autorais estabelece normas sobre a proteção das obras intelectuais. Com base na LDA (Lei n. 9.610/1998), assinale a alternativa correta.

- (A) O autor detém direitos morais e patrimoniais sobre sua obra.
- (B) Os direitos autorais se extinguem automaticamente cinco anos após a publicação.
- (C) Obras em domínio público continuam protegidas por direitos patrimoniais.
- (D) Apenas obras literárias estão sob proteção da LDA.
- (E) Direitos morais podem ser transferidos por contrato.

61

O Programa Cultura Viva, regulamentado pela Lei n. 13.018/2014, busca reconhecer e apoiar a atuação dos Pontos de Cultura. Sobre esse programa, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa exclui comunidades tradicionais e populares.
- (B) Apenas organizações com fins lucrativos podem participar.
- (C) O Cultura Viva valoriza os saberes tradicionais e promove a diversidade cultural.
- (D) O financiamento do programa é restrito a ações urbanas.
- (E) Os Pontos de Cultura devem seguir exclusivamente modelos institucionais estatais.

62

No contexto das políticas culturais brasileiras, as leis de fomento à cultura (como a LPG, a PNAB e a Lei Rouanet) têm buscado construir sinergias com outros setores e instâncias federativas. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) Os entes federados não participam diretamente da execução dos recursos da LPG.
- (B) A descentralização impede o controle social sobre os recursos.
- (C) A transversalidade das políticas culturais fortalece a intersetorialidade com educação, saúde e meio ambiente.
- (D) Os fundos culturais não podem ser utilizados em parcerias com a sociedade civil.
- (E) A articulação federativa busca garantir planejamento participativo e equitativo na distribuição dos recursos.

63

O conceito de patrimônio cultural vai além de bens materiais, abrangendo também práticas e manifestações culturais imateriais, como danças, músicas e saberes tradicionais. A educação patrimonial é fundamental para a promoção do reconhecimento e da valorização desses bens, incentivando o engajamento da sociedade na preservação e no fortalecimento da identidade cultural local e nacional. Em relação à política pública de educação patrimonial e ao patrimônio cultural, assinale a alternativa correta.

- (A) A educação patrimonial é uma estratégia voltada para o ensino de conteúdos históricos, desconsiderando a formação de cidadãos engajados na preservação da cultura local e do patrimônio imaterial.
- (B) A educação patrimonial deve envolver os profissionais da área de patrimônio histórico, como conservadores e arqueólogos, já que a preservação do patrimônio é uma tarefa complexa e especializada e não demanda a participação da sociedade em geral.
- (C) A política pública de educação patrimonial busca não apenas a preservação do patrimônio material e imaterial, mas também a promoção da cidadania, ao engajar a população no processo de reconhecimento e valorização cultural das diversas manifestações culturais.
- (D) A educação patrimonial foca exclusivamente na preservação de monumentos históricos, sem considerar as práticas culturais vivas ou as tradições locais que formam o patrimônio imaterial.
- (E) A educação patrimonial deve ser restrita a escolas públicas, pois escolas privadas não têm interesse em promover a valorização do patrimônio local ou a identidade cultural nas suas práticas educativas.

64

A gestão eficiente de acervos em museus, arquivos e sítios históricos é essencial para garantir a preservação e o acesso ao patrimônio cultural. As ações educativas têm um papel importante nesse contexto, pois permitem que os visitantes compreendam e interajam com o patrimônio de forma significativa, promovendo a valorização cultural e o engajamento social. Considerando a gestão de acervos e as ações educativas em museus, arquivos e sítios históricos, assinale a alternativa correta.

- (A) A gestão de acervos envolve a organização e catalogação de objetos e documentos, a promoção de atividades que envolvam o público na interpretação ou apreciação do patrimônio cultural estão alinhadas a outra área como a educação patrimonial.
- (B) A gestão de acervos deve ser centrada na preservação física do patrimônio, mas as ações educativas não são coordenadas com o trabalho de conservação do acervo, pois ambas as funções são independentes.
- (C) As ações educativas devem ser desenvolvidas apenas para um público especializado, como historiadores e curadores, sem considerar o interesse de outros públicos em interagir com o acervo.
- (D) A gestão de acervos em museus e sítios históricos deve garantir que o patrimônio seja acessível ao público por meio de ações educativas, como exposições interativas, programas de mediação cultural e ateliês educativos.
- (E) As ações educativas em museus devem ser limitadas à disseminação de informações históricas, sem interação crítica do público com o patrimônio e suas implicações sociais.

65

A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais tem como objetivo garantir que todos os países reconheçam e promovam as expressões culturais de maneira a preservar as identidades culturais de cada povo e garantir o direito à diversidade cultural. Em relação à Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinale a alternativa correta.

- (A) A Convenção promove o comércio livre de produtos culturais, desconsiderando os desafios impostos pela globalização, que podem afetar negativamente as culturas locais.
- (B) A Convenção assegura que os países garantam o acesso equitativo às indústrias culturais, mas não estabelece responsabilidades para os governos em relação à preservação do patrimônio cultural.

(C) A Convenção defende a necessidade de políticas públicas que apoiem a proteção e promoção das expressões culturais locais e nacionais, reconhecendo, simultaneamente, os desafios da globalização e seus impactos sobre as culturas locais.

(D) A Convenção proíbe qualquer tipo de protecionismo cultural, exigindo que todos os países signatários se integrem ao mercado global de produtos culturais, sem reservas ou limitações.

(E) A Convenção tangenciou as influências culturais externas e se concentra nas expressões culturais nacionais, sem considerar a troca cultural internacional.

66

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural também promove a colaboração internacional para a preservação de locais com valor universal excepcional. Os países signatários têm a responsabilidade de proteger esses bens culturais e naturais, assegurando a sua preservação a longo prazo e a educação sobre sua importância. De acordo com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, assinale a alternativa correta.

- (A) O Patrimônio Mundial é definido por locais que apresentem grande importância histórica, não sendo levados em consideração aspectos de biodiversidade ou preservação ambiental.
- (B) Os locais inscritos como Patrimônio Mundial são protegidos por leis nacionais, mas não interferência da comunidade internacional para garantir a preservação desses locais, visto a soberania nacional.
- (C) A Convenção de 1972 exige que os países signatários implementem políticas locais de proteção e garantam a colaboração internacional, assegurando a preservação e o acesso ao patrimônio cultural e natural, em reconhecimento à sua importância universal.
- (D) A Convenção trata de locais culturais, excluindo sítios naturais e outras formas de patrimônio ambiental de sua proteção.
- (E) Locais inscritos como Patrimônio Mundial estão isentos de responsabilidade local para sua manutenção, pois a proteção desses locais é responsabilidade da UNESCO.

Eixo Temático 4 - Pesquisa**Cosme Sérgio****67**

A Secretaria Municipal de Educação está conduzindo uma pesquisa para entender os fatores que influenciam a permanência dos alunos no ensino fundamental. A equipe de pesquisa decidiu utilizar entrevistas com alunos e professores, além da análise dos diários de classe e relatórios pedagógicos. Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que melhor caracteriza o tipo de abordagem metodológica adotada:

- (A) Quantitativa, pois se baseia em dados estatísticos objetivos.
- (B) Mista, pois combina coleta de dados secundários com revisão sistemática de literatura.
- (C) Experimental, pois manipula variáveis para testar hipóteses com controle e aleatoriedade.
- (D) Qualitativa, pois busca compreender significados por meio da interação com os sujeitos.
- (E) Quase-experimental, pois ocorre em ambiente natural com controle parcial das variáveis.

68

Um pesquisador está iniciando um estudo sobre o impacto do teletrabalho na produtividade de servidores públicos federais. Ele pretende investigar se há relação entre flexibilidade de horário e desempenho individual. Para isso, elaborou uma questão central, delimitou o grupo de servidores a ser estudado e propôs hipóteses que serão testadas por meio de questionários estruturados. Considerando os fundamentos metodológicos da pesquisa, assinale a alternativa correta.

- (A) O pesquisador está utilizando um modelo qualitativo e fenomenológico.
- (B) A definição do problema foi feita após o desenho da pesquisa.
- (C) As hipóteses formuladas são dispensáveis, pois os dados empíricos dirão tudo por si mesmos.
- (D) O estudo é exploratório e se restringe à construção teórica do problema.
- (E) O pesquisador utilizou um delineamento quantitativo, baseado em hipóteses e instrumentos estruturados.

69

Durante uma pesquisa sobre inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas, um pesquisador optou por realizar grupos focais com professores, análise de documentos escolares e observação participante em sala de aula. Com base nisso, assinale a alternativa que melhor caracteriza o tipo de abordagem metodológica adotada.

- (A) O grupo focal é inadequado para captar opiniões divergentes, sendo mais útil em pesquisas positivistas.
- (B) A observação participante permite a coleta de dados sem interferência do pesquisador.
- (C) A triangulação de técnicas utilizadas fortalece a validade da pesquisa.
- (D) A análise documental exige obrigatoriamente a transformação dos dados em indicadores numéricos.
- (E) Os grupos focais se limitam à coleta de dados individuais, não permitindo análise coletiva.

70

Uma equipe de planejamento estratégico em um município decide realizar uma pesquisa para subsidiar a criação de uma nova política de mobilidade urbana. Foram aplicados questionários, conduzidas entrevistas com usuários e analisados relatórios de transporte público. Assinale a alternativa correta quanto à classificação mais adequada para esse tipo de pesquisa aplicada.

- (A) Diagnóstica, voltada à verificação da efetividade de políticas já implementadas.
- (B) Exploratória, restrita à revisão da literatura sobre mobilidade urbana.
- (C) Propositiva, pois busca fundamentar uma intervenção futura com base em evidências.
- (D) Teórica, com foco exclusivo na produção acadêmica e na modelagem conceitual.
- (E) Experimental, baseada na manipulação direta dos fatores que interferem na política pública.

71

Uma universidade pública está desenvolvendo um projeto em parceria com associações comunitárias e órgãos municipais para mapear as desigualdades educacionais em bairros periféricos. A metodologia inclui oficinas com moradores, entrevistas com gestores escolares e análise dos dados do censo escolar local. Assinale a alternativa que melhor representa a característica da articulação entre universidade, sociedade civil e Estado nesse contexto.

- (A) Trata-se de um modelo centrado na academia, com participação consultiva das demais partes.
- (B) A sociedade civil é meramente objeto da pesquisa, não atuando como sujeito ativo.
- (C) A articulação proposta expressa o modelo de tripla hélice, voltado à coprodução de conhecimento.
- (D) O Estado atua unicamente como financiador da pesquisa, sem envolvimento com a implementação.
- (E) A participação comunitária compromete a validade científica da pesquisa ao introduzir subjetividade.

72

Durante o planejamento de uma pesquisa sobre os efeitos de programas de renda mínima na qualidade de vida de famílias em situação de vulnerabilidade, a equipe decidiu construir um cronograma com etapas, prazos, equipe responsável e recursos necessários para cada fase da investigação. Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta sobre o ciclo de pesquisa.

- (A) A etapa de execução deve preceder o planejamento, pois fornece dados iniciais à pesquisa.
- (B) O planejamento é dispensável quando a equipe possui experiência prévia no tema investigado.
- (C) A análise dos dados deve ser feita antes da definição dos objetivos e métodos.
- (D) O planejamento é essencial para garantir organização e coerência metodológica à pesquisa.
- (E) A gestão do projeto de pesquisa ocorre apenas na etapa de comunicação dos resultados.

73

Uma equipe de pesquisadores, ao estudar os efeitos da pandemia sobre o acesso à cultura nas periferias urbanas, decidiu entrevistar moradores, gestores de centros culturais e coletivos artísticos. Além disso, a pesquisa será publicada em formato de relatório público, com linguagem acessível e seminários de devolutiva nas comunidades. Com base nos princípios éticos da pesquisa científica, assinale a alternativa correta.

- (A) A pesquisa desrespeita a ética ao envolver sujeitos vulneráveis e divulgar os resultados publicamente.
- (B) O consentimento informado só seria necessário caso houvesse coleta de dados biométricos.

- (C) A devolutiva à comunidade é um princípio ético relacionado à transparência e à democratização do conhecimento.
- (D) A proteção da identidade dos entrevistados não é relevante em estudos sobre cultura e arte.
- (E) A aprovação em comitê de ética não é recomendável quando a pesquisa busca gerar impacto social positivo.

74

Pesquisadores de uma universidade pública elaboraram um projeto de investigação para avaliar os impactos de uma política pública de incentivo à leitura entre jovens do ensino médio. O projeto engloba escolas públicas, editoras, ONGs e o poder público local. Assinale a alternativa que indica o modelo de articulação institucional ao qual o projeto se vincula.

- (A) Tríplice hélice, envolvendo universidade, sociedade civil e Estado na coprodução do conhecimento.
- (B) Modelo de extensão universitária isolado, com atuação pontual e desarticulada.
- (C) Cooperação técnica restrita à academia, com prestação de serviços à comunidade.
- (D) Parceria público-privada com foco exclusivo no retorno econômico para as editoras.
- (E) Aliança entre agentes políticos e gestores públicos, sem envolvimento científico.

75

No processo de execução de uma pesquisa empírica, uma pesquisadora coletou os dados com base em entrevistas semiestruturadas e observação participante. Posteriormente, ela organizou os dados em categorias de análise, utilizando a literatura como base interpretativa. Assinale a alternativa correspondente à fase da pesquisa apresentada.

- (A) Planejamento, pois define o objeto e a metodologia da pesquisa.
- (B) Execução, pois a organização e categorização dos dados ocorrem nesse momento.
- (C) Comunicação, já que os dados foram expostos para o público.
- (D) Análise, etapa em que os dados são interpretados e relacionados ao referencial teórico.
- (E) Gestão, voltada ao controle de prazos e recursos administrativos.

76

Um pesquisador está analisando uma base de dados do IBGE para compreender as tendências de envelhecimento da população brasileira nas últimas duas décadas. Ele utiliza técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, como médias, regressões e intervalos de confiança. Com base nas técnicas de análise de dados, assinale a alternativa correta.

- (A) O pesquisador está realizando uma análise exclusivamente qualitativa, pois interpreta os sentidos atribuídos pelos sujeitos.
- (B) O uso de estatística descritiva e inferencial indica que se trata de uma abordagem predominantemente quantitativa.
- (C) A análise estatística dispensa qualquer tipo de referencial teórico.
- (D) A base de dados secundária invalida os resultados por não ter sido produzida pelo pesquisador.
- (E) A utilização de dados do IBGE impede a formulação de conclusões sobre realidades locais.

77

Durante a execução de uma pesquisa participativa com jovens de comunidades periféricas, os pesquisadores optaram por realizar oficinas de fotografia e rodas de conversa, nas quais os próprios participantes registraram aspectos de sua realidade. Os resultados foram organizados em uma exposição aberta ao público. A respeito desse tipo de metodologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse modelo ignora o rigor metodológico ao valorizar relatos subjetivos.
- (B) A pesquisa participativa considera os sujeitos apenas como fontes de dados.
- (C) A valorização da expressão dos participantes é compatível com princípios éticos e científicos.
- (D) A comunicação dos resultados em formato artístico compromete a validade acadêmica.
- (E) Esse tipo de abordagem não exige avaliação por comitê de ética, pois não há riscos envolvidos.

78

Durante a execução de uma pesquisa quantitativa sobre hábitos alimentares de adolescentes, os pesquisadores perceberam que parte dos participantes havia preenchido incorretamente os questionários. A equipe optou por revisar os dados, aplicar nova coleta em alguns casos e reformular parte do instrumento. Essa situação evidencia a importância de qual princípio da gestão de projetos de pesquisa?

- (A) Flexibilidade e acompanhamento contínuo para garantir a qualidade dos dados.
- (B) Planejamento inicial rígido, que evita qualquer alteração durante a pesquisa.
- (C) Comunicação dos resultados mesmo sem revisão, para manter cronograma.
- (D) Exclusão automática dos dados problemáticos, para evitar retrabalho.
- (E) Supressão da etapa de análise, já que houve falha na execução.

Eixo Temático 5 - Avaliação

Adriel de Sá; Vitor Kessler.

79

No planejamento da próxima campanha de saúde pública, o governo estadual precisa garantir que a compra de insumos, como seringas e algodão, seja realizada da maneira mais vantajosa possível, minimizando os custos sem comprometer a qualidade. Os gestores estão focados em obter o maior volume de materiais com o menor investimento financeiro.

De acordo com o Modelo de Excelência em Gestão Pública, qual dimensão de indicadores de esforços está diretamente relacionada a esse objetivo de redução de custos na obtenção dos insumos?

- (A) Eficiência.
- (B) Eficácia.
- (C) Efetividade.
- (D) Economicidade.
- (E) Excelência.

80

O Departamento de Trânsito (Detran) de um estado implementou um novo sistema digital para a emissão de carteiras de motorista. Para garantir que o sistema está funcionando conforme o esperado e que os prazos de entrega estão sendo cumpridos, uma equipe interna realiza verificações diárias sobre o fluxo de documentos, a performance do sistema e o tempo médio de atendimento ao cidadão. Paralelamente, após um ano de funcionamento, será encomendada uma análise externa para determinar se o novo sistema realmente reduziu a burocracia e a corrupção no processo, e se os cidadãos percebem uma melhoria significativa no serviço, com o intuito de decidir sobre a expansão ou reformulação do projeto.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, a atividade de acompanhamento contínuo realizada pela equipe interna e a análise mais abrangente com propósito decisório sobre o futuro da política.

- (A) Avaliação *Ex Post* e Monitoramento.
- (B) Monitoramento e Avaliação Somativa.
- (C) Avaliação Formativa e Avaliação *Ex Ante*.
- (D) Avaliação de Processo e Avaliação de Impacto.
- (E) Monitoramento e Avaliação de Meio-Termo.

81

Um novo programa de incentivo à agricultura familiar foi proposto para uma região do país que sofre com a seca. Antes de submeter o projeto à aprovação do congresso e iniciar a alocação de recursos, a equipe responsável pelo planejamento estratégico identificou que a "teoria" por trás do programa, ou seja, as hipóteses de como ele resolveria o problema da baixa produtividade e insegurança alimentar, precisava ser rigorosamente examinada. O objetivo era identificar quaisquer falhas lógicas no desenho conceitual da política que pudessem comprometer seu sucesso, como a falta de consideração para a disponibilidade de água ou a resistência dos agricultores à adoção de novas técnicas. De acordo com o Guia Prático de Análise *Ex Post*, do Ipea, qual tipo de avaliação é a mais adequada para essa situação, focando na análise da teoria do programa e identificação de erros ou falhas no seu desenho?

- (A) Avaliação Executiva.
- (B) Avaliação de Implementação.
- (C) Avaliação de Desenho.
- (D) Avaliação de Governança.
- (E) Análise de Eficiência.

82

Um programa de modernização da gestão pública, em determinado estado, tem como objetivos simultâneos: reduzir custos operacionais (como consumo de papel e energia), garantir que a implantação de novos softwares siga padrões técnicos e de qualidade, e alcançar a meta de digitalizar 80% dos processos administrativos em um ano.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as dimensões de indicadores de desempenho, segundo o Modelo GESPÚBLICA, correspondentes a essas verificações.

- (A) Eficácia, Esforços e Eficiência.
- (B) Eficiência, Economicidade e Excelência.
- (C) Economicidade, Excelência e Eficácia.
- (D) Esforços, Processo e Desempenho.
- (E) Excelência, Eficiência e Efetividade.

83

Uma política pública de incentivo à leitura distribuiu gratuitamente um grande volume de livros didáticos e paradidáticos para escolas da rede pública. Os avaliadores do programa querem saber: primeiro, quantos livros foram de fato lidos pelos alunos e se houve um aumento na frequência da biblioteca escolar. Segundo, desejam verificar se essa iniciativa resultou em uma melhoria geral no desempenho acadêmico dos estudantes em avaliações de compreensão de texto e se contribuiu para a formação de novos leitores assíduos.

De acordo com a classificação de Maria das Graças Rua, as dimensões de avaliação de foco ou objeto que correspondem a essas duas preocupações, respectivamente, são:

- (A) Avaliação de Produto e Avaliação de Processo.
- (B) Avaliação de Resultados e Avaliação de Impactos.
- (C) Avaliação de Desempenho e Avaliação de Qualidade.
- (D) Avaliação de Impactos e Avaliação de Resultados.
- (E) Avaliação Jurídica e Avaliação de Produto.

84

Em uma agência governamental, as decisões sobre a alocação de recursos para novos projetos são frequentemente marcadas por intensos debates e negociações entre diferentes chefes de departamento. Cada departamento defende seus próprios projetos e prioridades, buscando maximizar seus interesses específicos. A decisão final muitas vezes não é a "melhor" em termos de otimização global de recursos, mas sim aquela que consegue um acordo aceitável para a maioria dos envolvidos, após muitas concessões mútuas. A construção e interpretação dos indicadores, nesse contexto, são frequentemente influenciadas pelas agendas dessas diferentes partes interessadas.

Assinale a alternativa que corresponde ao modelo de tomada de decisão mais alinhado ao cenário descrito.

- (A) Modelo de decisão de racionalidade absoluta.
- (B) Modelo de decisão incremental.
- (C) Modelo de decisão de lata de lixo.
- (D) Modelo de coalizão de defesa.
- (E) Modelo de decisão de racionalidade limitada.

85

Um dos princípios fundamentais para a credibilidade e utilidade da avaliação de políticas públicas é a garantia de que as análises sejam conduzidas com a maior objetividade possível, minimizando vieses e aumentando a confiança nos resultados. Isso é particularmente importante na fase de validação e interpretação dos indicadores, em que a forma como os dados são coletados, processados e apresentados pode influenciar diretamente as conclusões.

Considerando a busca por objetividade e confiabilidade na avaliação, assinale a alternativa que apresenta uma característica essencial para a validação e interpretação de indicadores.

- (A) Que os dados sejam coletados exclusivamente por burocratas de nível de rua, que possuem maior discricionariedade.
- (B) Que a avaliação seja conduzida preferencialmente por órgãos independentes, não diretamente responsáveis pela política avaliada.
- (C) Que a interpretação dos indicadores seja baseada unicamente nas projeções e predições feitas na fase *ex ante*.
- (D) Que o sistema de monitoramento seja o único instrumento de validação, eliminando a necessidade de outras formas de avaliação.
- (E) Que os indicadores sejam definidos por meio de um processo incremental, sem grandes rupturas nas práticas existentes.

86

A Controladoria Geral de um Estado está auditando dois programas governamentais: o primeiro, um programa de informatização de processos que tem como objetivo verificar se a equipe está seguindo rigorosamente os manuais e normas de procedimento para a digitalização, garantindo a conformidade. O segundo, um programa de reestruturação de serviços que busca analisar se a mesma quantidade de serviços está sendo entregue à população com uma redução nos custos operacionais. De acordo com o autor Leonardo Secchi, quais critérios de avaliação estão sendo aplicados, respectivamente, a esses dois programas?

- (A) Eficácia e Efetividade.
- (B) Economicidade e Eficiência administrativa.
- (C) Eficiência administrativa e Eficiência econômica.
- (D) Efetividade e Economicidade.
- (E) Eficiência econômica e Eficácia.

87

Durante a análise de uma base de dados sobre mortalidade infantil em diferentes regiões do país, um analista identificou valores "nulos", códigos repetidos de municípios, datas incorretas e campos com erros de digitação. Antes de realizar qualquer inferência, foi necessário aplicar técnicas de pré-processamento.

Sobre o tratamento de bases de dados nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Dados ausentes e inconsistentes devem ser mantidos na base para preservar a integridade bruta da informação.
- (B) A remoção de duplicatas e o preenchimento de valores nulos são práticas comuns no processo de limpeza de dados.
- (C) A normalização dos dados consiste em eliminar linhas com valores inválidos.
- (D) O tratamento de dados é dispensável quando se utiliza modelos preditivos baseados em redes neurais, pois esses modelos corrigem os erros automaticamente.
- (E) A transformação de variáveis categóricas em numéricas é considerada uma violação dos princípios estatísticos de integridade dos dados.

88

Uma base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais apresentava milhares de registros com campos de escolaridade em formatos diferentes: "fundamental completo", "Fundamental Comp.", "FUND COMPLETO", entre outros. Para aplicar algoritmos de aprendizado de máquina, o analista precisou padronizar esses valores.

Assinale a alternativa que corresponde ao nome da etapa do tratamento de dados descrita.

- (A) Balanceamento de classes.
- (B) Codificação de variáveis binárias.
- (C) Transformação logarítmica.
- (D) Harmonização ou normalização semântica de categorias.
- (E) Redução de dimensionalidade.

89

Assinale a alternativa que indica a ferramenta mais comumente utilizada para processamento distribuído de grandes volumes de dados em ambientes de Big Data.

- (A) MySQL
- (B) Microsoft Excel
- (C) Apache Hadoop
- (D) PostgreSQL
- (E) Power BI

90

Assinale a alternativa que apresenta um exemplo típico de banco de dados NoSQL orientado a documentos, frequentemente utilizado em aplicações de Big Data.

- (A) Oracle
- (B) MongoDB
- (C) Microsoft Access
- (D) MySQL
- (E) IBM DB2

Discursiva**Andréa Cerqueira**

Com base nos textos a seguir e em seus conhecimentos sobre as políticas públicas relacionadas à cultura e à educação no Brasil, redija um texto dissertativo-argumentativo, com até 30 linhas, em linguagem clara, objetiva e estruturada, abordando o tema proposto.

Texto 1 – Leitura e bibliotecas públicas no Brasil

O Brasil enfrenta um dos mais baixos índices de leitura da América Latina. Segundo o Instituto Pró-Livro (2022), 44% da população não lê e 30% nunca comprou um livro. Além disso, 64% dos municípios não têm bibliotecas públicas em pleno funcionamento.

Instituto Pró-Livro, Retratos da Leitura no Brasil, 2022

Texto 2 – Livro, leitura e cidadania

O acesso ao livro e à leitura deve ser visto como um direito básico, articulado às políticas educacionais e culturais. Garantir esse direito é um passo decisivo para reduzir desigualdades cognitivas, sociais e econômicas.

Manifesto pela Leitura, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 2021

Texto 3 – Desigualdade e acesso ao livro

Crianças das periferias, áreas rurais e povos indígenas têm acesso precário a bibliotecas escolares, espaços de leitura e acervos atualizados. Sem investimento continuado em infraestrutura e mediação da leitura, o país perpetua o ciclo da exclusão educacional e cultural.

UNICEF Brasil, Relatório sobre o Direito à Leitura, 2023

TEMA DA QUESTÃO DISCURSIVA:**O papel das políticas públicas no fortalecimento da leitura como direito no Brasil****ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO**

Em sua resposta, é necessário:

- Apresentar uma argumentação clara, coesa e fundamentada;
- Demonstrar conhecimento técnico sobre políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas;
- Discutir os principais desafios atuais, como:
 - desigualdade no acesso ao livro e à leitura;
 - ausência de bibliotecas públicas e escolares;
 - desvalorização da leitura literária;
 - formação insuficiente de mediadores de leitura;
 - descontinuidade de programas nacionais como o PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura);
- Propor ações eficazes e estratégias viáveis para a promoção da leitura no país, considerando o papel do Estado e da sociedade civil;
- Utilizar a norma-padrão da língua portuguesa.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



2º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 2: Cultura e Educação (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	B	C	C	A	C	B	C	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	D	B	C	D	C	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	E	B	C	C	D	B	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	B	A	E	E	E	D	B	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	B	C	C	B	C	E	D	C
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	A	C	C	A	C	D	B	E	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	E	C	D	C	C	D	E	C	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	D	C	A	D	B	C	A	D	B
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
C	C	B	D	B	C	B	D	C	B

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

CNU - 2º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 2: CULTURA E EDUCAÇÃO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Em um debate promovido por uma universidade pública sobre o papel do Estado no pós-redemocratização brasileira, um dos palestrantes defendeu que o Estado Democrático de Direito implica não apenas o respeito formal às leis, mas também a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Com base nesse contexto e nos fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado Democrático de Direito brasileiro limita-se à legalidade e ao exercício periódico do voto, conforme os princípios liberais clássicos.
- (B) A Constituição de 1988 adotou um modelo de Estado liberal, com foco na proteção à livre iniciativa e redução da atuação estatal.
- (C) O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988, compromete-se com a promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.
- (D) O modelo estatal adotado em 1988 busca reduzir o papel do Judiciário, evitando sua interferência nas decisões políticas e econômicas.
- (E) A Constituição Federal adota o modelo de Estado autoritário com viés intervencionista, em razão da forte presença estatal.

Letra c.

Assunto abordado: Formação histórica do Estado Democrático de Direito.

- (A) Errada. O Estado Democrático de Direito não se restringe à legalidade formal nem ao voto periódico. Vai além, com a promoção de direitos fundamentais e justiça social.
- (B) Errada. A CF/88 tem caráter social, não liberal clássico; busca equilibrar livre iniciativa com justiça social e proteção aos vulneráveis.

(C) Certa. Art. 1º e 3º da CF/88 evidenciam o compromisso com a dignidade humana, a cidadania e a justiça social.

(D) Errada. O Judiciário tem papel relevante na concretização de direitos, inclusive em casos de omissão estatal.

(E) Errada. A Constituição não é autoritária; adota a separação dos poderes e mecanismos democráticos de controle.

2

A Constituição Federal de 1988 é frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", por ter estabelecido um catálogo extenso de direitos fundamentais e mecanismos de controle social. Desde então, novos movimentos sociais e demandas foram incorporados ao cenário público, exigindo respostas institucionais mais complexas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição.

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, como os direitos sociais, dependem exclusivamente de regulamentação legislativa, não podendo ser exigidos judicialmente.
- (B) Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme previsto no texto constitucional.
- (C) A eficácia dos direitos fundamentais é suspensa durante períodos de normalidade institucional.
- (D) Apenas os direitos expressos na Constituição podem ser reconhecidos como fundamentais.
- (E) Os direitos políticos não são considerados direitos fundamentais pela doutrina majoritária.

Letra b.

Assunto abordado: Constituição Federal de 1988: direitos fundamentais, sociais e políticos.

- (A) Errada. Embora dependam, em alguns casos, de políticas públicas, os direitos sociais podem ser exigidos judicialmente quando há omissão do Estado.
- (B) Certa. O art. 5º, §1º, da CF/88 assegura aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais.
- (C) Errada. A eficácia dos direitos fundamentais somente pode ser restringida em hipóteses excepcionais, como em estado de sítio ou defesa.
- (D) Errada. O rol é exemplificativo; outros direitos podem ser reconhecidos com base em tratados e princípios.
- (E) Errada. Os direitos políticos integram os direitos fundamentais, conforme doutrina e jurisprudência consolidada.

3

Durante uma aula sobre ciência política, a professora discutiu os desafios da governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro. Ela destacou que, embora o Poder Executivo tenha prerrogativas importantes, sua atuação depende frequentemente da formação de alianças no Legislativo, o que nem sempre garante estabilidade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema político brasileiro favorece a governabilidade ao permitir a eleição direta de ministros de Estado.
- (B) A governabilidade é prejudicada pelo excesso de partidos políticos e pela necessidade de composições parlamentares heterogêneas.
- (C) A harmonia entre os Poderes impede qualquer forma de controle entre Executivo e Legislativo.
- (D) O Presidente da República, por deter a maioria parlamentar, tem competência primária para legislar.
- (E) O sistema de freios e contrapesos adotado no Brasil elimina qualquer risco de instabilidade entre os Poderes.

Letra b.

Assunto abordado: Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e os desafios da governabilidade.

- (A) Errada. Os ministros de Estado são nomeados pelo Presidente, não eleitos diretamente.
- (B) Certa. A fragmentação partidária dificulta a formação de maiorias estáveis e compromete a governabilidade.
- (C) Errada. A harmonia entre os Poderes não exclui o controle recíproco; ao contrário, é pressuposto do sistema de freios e contrapesos.
- (D) Errada. O Presidente pode editar medidas provisórias, mas legislar é competência primária do Legislativo.
- (E) Errada. O sistema de freios e contrapesos pretende conter abusos, mas não elimina riscos de crise institucional.

4

No contexto da judicialização das políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido provocado a decidir sobre temas como saúde, educação, moradia e assistência social. Em muitos casos, os tribunais determinam a entrega de medicamentos, a realização de procedimentos médicos ou o acesso a creches e escolas.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A judicialização de políticas públicas decorre exclusivamente do ativismo judicial, desrespeitando a competência dos outros Poderes.
- (B) O Judiciário deve abster-se de intervir em políticas públicas, pois isso compromete a soberania popular.
- (C) A intervenção do Judiciário é legítima quando busca garantir direitos fundamentais diante da omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem vedado qualquer interferência judicial nas políticas públicas de saúde.
- (E) O controle jurisdicional de políticas públicas é inconstitucional em razão do princípio da separação dos poderes.

Letra c.

Assunto abordado: Judicialização de políticas públicas.

- (A) Errada. Nem toda judicialização decorre de ativismo; muitas vezes é resposta a omissões do Estado.
- (B) Errada. O Judiciário deve garantir direitos fundamentais, especialmente quando há omissão injustificada.
- (C) Certa. A jurisprudência do STF reconhece que o Judiciário pode atuar para assegurar direitos quando os demais Poderes forem omissos.
- (D) Errada. O STF admite, inclusive, a concessão de medicamentos fora da lista do SUS em determinadas hipóteses.
- (E) Errada. O controle jurisdicional é compatível com a separação de poderes, desde que dentro de seus limites constitucionais.

5

No processo de consolidação da democracia brasileira, a participação cidadã tem assumido novas formas, além do tradicional exercício do voto. A Constituição de 1988 prevê instrumentos de democracia participativa que permitem ao cidadão intervir diretamente na vida política do país.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O referendo é convocado exclusivamente por iniciativa popular.
- (B) A iniciativa popular de lei federal pode ser apresentada sem qualquer exigência de número de assinaturas.
- (C) O plebiscito é realizado antes da deliberação legislativa do Congresso Nacional.
- (D) A Constituição Federal veda expressamente a consulta direta ao povo sobre temas legislativos.
- (E) A participação popular é exclusiva do período eleitoral.

Letra c.

Assunto abordado: Participação cidadã e democracia direta.

- (A) Errada. O referendo é convocado pelo Congresso Nacional, não por iniciativa popular direta.
- (B) Errada. A iniciativa popular exige 1% do eleitorado nacional, com distribuição em pelo menos cinco estados.
- (C) Certa. O plebiscito ocorre antes da deliberação do Congresso e deve ser convocado por ele.
- (D) Errada. A CF/88 prevê expressamente a consulta direta por plebiscito e referendo.
- (E) Errada. A participação pode ocorrer por conselhos, audiências públicas, conferências e outros canais permanentes.

Políticas públicas

José Wesley

6

Um programa governamental é financiado por recursos públicos para distribuir, gratuitamente, aparelhos auditivos a crianças com perda auditiva severa. Considerando a classificação das políticas públicas segundo Theodore Lowi, esse programa é caracterizado como uma política pública do tipo

- (A) distributiva, financiada por toda a coletividade.
- (B) distributiva, bancada pelos grupos mais ricos.
- (C) redistributiva, sustentada pela sociedade em geral.
- (D) regulatória, com custeio progressivo por faixa de renda.
- (E) regulatória, com base em subsídio universal.

Letra a.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Certa. As políticas distributivas beneficiam grupos específicos, como nesse caso, com o custo socializado pela coletividade.
- (B) Errada. A fonte de financiamento pode não ser exclusivamente dos mais ricos. A tipologia distributiva não exige isso.
- (C) Errada. Políticas redistributivas envolvem transferência de renda entre grupos sociais, o que não é o caso aqui.
- (D) Errada. A política descrita não regula comportamentos nem estabelece obrigações, logo não é regulatória.
- (E) Errada. Mesmo que seja universal, não é regulatória; e sim distributiva.

7

Considerando a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, qual das opções abaixo exemplifica uma política pública redistributiva?

- (A) Ajuda emergencial a vítimas de enchente.
- (B) Campanha de vacinação nacional.
- (C) Reforma agrária com transferência de terras.
- (D) Entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade.
- (E) Criação de um novo código de defesa do consumidor.

Letra c.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. Políticas emergenciais são, em geral, distributivas, pois atendem situações pontuais e específicas.
- (B) Errada. Trata-se de uma política distributiva de saúde pública com alcance amplo.
- (C) Certa. A reforma agrária é exemplo clássico de política redistributiva: transfere recursos (terra) de um grupo a outro.
- (D) Errada. A distribuição de alimentos é política distributiva, sem alterar estruturas de poder ou renda.
- (E) Errada. Criar regras de mercado é ação regulatória, não redistributiva.

8

Quando as políticas públicas são concebidas e executadas exclusivamente por órgãos estatais, a abordagem predominante é conhecida como:

- (A) policêntrica.
- (B) estado-cêntrica.
- (C) político-cêntrica.
- (D) tecnocêntrica.
- (E) endocêntrica.

Letra b.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. A abordagem policêntrica envolve múltiplos centros de decisão e atores além do Estado.
- (B) Certa. Na abordagem estado-cêntrica, o Estado é visto como principal formulador e executor das políticas.
- (C) Errada. O termo político-cêntrico não é consagrado como abordagem teórica em políticas públicas.
- (D) Errada. A tecnocêntrica foca em soluções técnicas e especializadas, não necessariamente centralizadas no Estado.
- (E) Errada. "Endocêntrica" não é uma tipologia reconhecida na literatura sobre políticas públicas.

9

Um município decide adotar nova política tributária sobre imóveis urbanos. Imóveis de menor valor passam a ser isentos de IPTU, enquanto imóveis de alto valor terão alíquotas dobradas. Segundo a tipologia de Lowi, essa política é classificada como

- (A) constitutiva.
- (B) regulatória.
- (C) redistributiva.
- (D) distributiva.
- (E) intervencionista.

Letra c.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. Políticas constitutivas tratam da criação ou reorganização de instituições e regras do jogo político.
- (B) Errada. Políticas regulatórias definem padrões de conduta ou impõem restrições, não é o foco aqui.
- (C) Certa. A alteração do sistema tributário para onerar mais os mais ricos e aliviar os mais pobres é redistributiva.
- (D) Errada. Políticas distributivas não envolvem transferência de carga tributária entre grupos.
- (E) Errada. O termo intervencionista é genérico e não pertence à classificação de Lowi.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora